

**DA RELAÇÃO
INDIVÍDUO
E SOCIEDADE**

Anita Cristina de Azevedo Resende*

Resumo: *O texto discute a relação indivíduo-sociedade e seus impasses a partir das contribuições de Freud e Marx. Problematiza a relação do indivíduo consigo, com a realidade objetiva, o outro e o trabalho. Postula a reciprocidade constitutiva dos termos dessa relação e o aparato ideológico que afirma sua negação.*

Palavras-chave: *cultura e sujeito, relação indivíduo-sociedade, socialização do indivíduo*

*“a máquina do mundo se entreabriu
para quem de a romper já se esquivava
e só de o ter pensado se carpia”
Carlos Drummond de Andrade*

A reflexão sobre indivíduo-sociedade não pode fixar essas duas realidades como autônomas, distintas, independentes, dicotômicas ou ausentes em reciprocidade. Ela deve se definir mais no sentido de apreender a *relação* existente entre o indivíduo e a sociedade, com as suas tramas e nexos aparentes e ocultos, do que descrever, caracterizar ou buscar laços comuns entre esses elementos.

Isso porque a relação indivíduo e sociedade não é tranqüila nem linear. Possui componentes de tensão, conflito e antagonismos entre o subjetivo e o objetivo, a vida individual e a vida coletiva, em inter-relação e espaço de embate. Essa tensão e antagonismo, no entanto, não se pode dizer que impeçam um movimento constante de criação e recriação da vida individual e da vida coletiva. Ao contrário, mesmo tensionados, indivíduo e sociedade se constituem num processo único. Sua relação é, portanto, bastante complexa e, para ser apreendida, deve ser desdobrada em seus elementos constitutivos essenciais.

No pensamento contemporâneo, sobrevive uma tendência de considerar tanto o indivíduo como a sociedade como realidades distintas. No geral, o conceito de sociedade costuma estar referido a uma unidade indissolúvel, funcional e integrada, que se estabelece sobre estruturas imutáveis e cristalizadas e corresponde ao resultado da soma de particularidades complementares: um universal no qual o particular se resolve, dissolve e não se expressa. Nessa perspectiva, o conceito de indivíduo guarda uma conotação exclusivamente singular e particular.

É verdade que, desde o seu aparecimento, esse foi o significado da palavra indivíduo, que se referia a algo indivisível que possuía características muito peculiares de diferenciação. Mas a palavra indivíduo, tradução do latim *atomon*, se remetia ao indivisível, não se referia, necessariamente, à pessoa humana. Contudo, tanto nessa conceituação lógica inicial, que não se relacionava ao ser humano concreto, quanto numa compreensão ontológica posterior, que considerou o indivíduo na sua irrestrita singularidade, o que prevaleceu foi a sua caracterização individual e não a compreensão da relação desse indivíduo com outros indivíduos em condições históricas e sociais determinadas. O conceito de indivíduo, portanto, expressa nessas formulações um singular no qual a particularidade histórica e a universalidade humana se diluem e, aparentemente, se anulam.¹

Essa separação e mesmo contraposição entre indivíduo e sociedade, que expressa uma tendência de muitas e variadas reflexões no âmbito das ciências humanas e sociais, especialmente na Psicologia, tem fundamento na idéia, muito comum já no século XVIII, de uma natureza humana pré-determinada e a-histórica. Portador de uma natureza que o definia *a priori*, independentemente de suas relações sociais, o homem seria, quando muito, um ideal natural a ser perseguido e restaurado, nunca um ser em construção em condições específicas e determinadas.

Os profetas do séc. XVIII, (...) imaginam este indivíduo do século XVIII – produto, por um lado, da decomposição das formas feudais de sociedade e, por outro, das novas forças de produção que se desenvolvem a partir do séc. XVI – como um ideal, que teria existido no passado. Vêem-no não como resultado histórico, mas como um ponto de partida da História, porque o consideravam como um indivíduo conforme a natureza - dentro da representação que tinham de natureza humana - , que não se originou historicamente, mas foi posto como tal pela natureza” (MARX, 1978, p.103-104).

Com o Liberalismo, sob a influência da livre concorrência, surge a funcionalidade de se considerar o indivíduo autônomo, independente. Num momento em que as relações capitalistas de produção já se encontravam consolidadas e desenvolvidas, era necessário que o indivíduo fosse “livre”, autônomo e independente para/e se oferecer no mercado como força de trabalho e desenvolver a sociedade mercantil e, pois, burguesa, porque a “própria forma do indivíduo é a forma de uma sociedade que se mantém viva em virtude da mediação do mercado livre no qual se encontram sujeitos econômicos livres e independentes.” (HORKHEIMER e ADORNO, 1974, 53).

Assim, a idéia de indivíduo autônomo surge na sociedade burguesa, pertence ao seu registro e funcionalidade e nela mesma é que se mostraria uma ilusão necessária (na realidade efetiva, essa distinção não se realiza e essa separação ou redução é uma ilusão): “O conceito puro de ‘sociedade’ é tão abstrato quanto o conceito puro de indivíduo, assim como o de uma eterna antítese entre eles.” (HORKHEIMER e ADORNO, 1973, p. 53)

Dessa maneira, essa crença, a par de necessária ao funcionamento e desenvolvimento capitalista, desconsidera o processo que vem desde as relações mais primitivas do homem com a natureza até suas relações situadas num contexto de uma sociedade dividida em classes. É, portanto, equivocado escolher ou privilegiar um dos termos dessa relação e, justamente porque é uma ‘relação’, dela decorre que isolar a sociedade significa afirmar e confirmar uma sociedade abstrata, e isolar o indivíduo significa iludir ou esconder as condições reais de ser do indivíduo mesmo. O que prevalece quando se fixa qualquer um desses elementos de forma isolada, e não na íntima relação que os constitui, é a reflexão abstrata que confirma o arcabouço ideológico burguês.

Essa noção de indivíduo autônomo, uma das bases mais sólidas sobre as quais se estrutura a sociedade burguesa, não domina, entretanto, incontestemente. Ela foi e é abalada pela crítica de autores que, através de pesquisas, reflexões e análises, puderam questionar crenças ideológicas e definições ossificadas e esvaziadas de conteúdo histórico. Dois desses autores são especialmente férteis na compreensão dessa relação: Marx e Freud.

As razões e os limites das considerações sobre o pensamento desses dois autores devem ser entendidos naquilo em que se aproximam e se distanciam, ou seja, no que se afirmam e se negam. Não há coincidências, encontros e uma síntese redentora entre eles. E também não se trata de

aproximar o pensamento de ambos. Trata-se, antes, de buscar, no seu pensamento e esforço crítico, os elementos que abalaram a idéia de indivíduo autônomo e auxiliaram na reflexão sobre indivíduo e sociedade.

Para tanto, importa resgatar o gesto primeiro, inaugural, fundante de um e de outro, ou seja, a busca do sentido do *non sense* ou do sentido do que imediatamente parece não ter sentido. Ambos buscaram desvendar o sentido daquilo que se apresenta imediatamente à compreensão: em Marx, os fatos históricos “imprevisíveis”, as rebeliões e revoltas, o fetiche das relações entre pessoas que se convertem em coisas, entre outros; em Freud, o discurso “sem nexos” do histérico, os atos falhos, os chistes, os sintomas, entre tantos. Para ambos, sempre houve uma razão, um desenrolar, uma história que constituíram esses sentidos, os explicaram e dotaram de significação. A aparente irracionalidade da realidade seria portadora de uma racionalidade essencial, fruto de acontecimentos que lhe deram sentido e significação. Nessa direção, esclarece Goldmann:

Uma das teses fundamentais tanto da psicanálise no plano individual como do pensamento dialético no plano social e histórico, reside precisamente em admitir que todos os fatos humanos – que resultam do comportamento de um sujeito respectivamente individual e trans-individual, cuja ação é orientada para a transformação do mundo ambiente de maneira a criar neste um equilíbrio, mas conforme às suas aspirações - possuem, enquanto tais, um caráter de estruturas funcionais, quer dizer, de estruturas significativas. (...) Tanto as análises de Marx como as de Freud, quer se trate de economia, do estudo das ideologias da história política, de história da literatura, de filosofia, de religião ou de pensamento científico, ou então de análise de sonhos, de neuroses ou de lapsos, têm como resultado revelar o caráter significativo – e isso significa, ao mesmo tempo, estrutural e funcional - de um testemunho, e por vezes até inteiramente, desprovido de significação (GOLDMANN, 1984, p. 86).

A busca dos nexos que constituem a realidade individual ou social, a negação da aparência imediata e a busca daquilo que é essencial à constituição do objeto a ser compreendido parecem ser a pedra de toque das análises desses dois autores. Ao procederem assim, ambos lançam luz sobre um lado até então sombrio do mundo que se constituiu: a

irracionalidade da *ratio* burguesa. Essa distinção entre o que é aparente e essencial lança luz e conforma um impulso crítico a ser perseguido quando se pretende compreender a relação do indivíduo com a sociedade.

Se a razão primeira da volta a esses autores se refere àquilo que os aproxima, a segunda é aparentemente relativa a algo que os separa: Marx refletiu e analisou a objetividade social e Freud o fez com relação à subjetividade individual. Essa aparência, como todas as demais, é falsa e, ainda que não se trate de psicanalisar a sociologia ou de sociologizar a psicanálise, é possível encontrar em Marx profundas e definitivas antecipações acerca da vida individual e, em Freud, esclarecedoras e radicais reflexões acerca da cultura e da sociedade.²

E tomar a relação do indivíduo com a natureza e a relação do indivíduo com outros indivíduos é o ponto de partida para encontrar elementos que abalam de forma decisiva a concepção de um indivíduo autônomo, independente, natural e a-histórico.

“O INDIVÍDUO É O SER SOCIAL”

Em meados de 1800, nos *Manuscritos Econômicos e Filosóficos*, Marx indicava :

Deve-se evitar fazer de novo da ‘sociedade’ uma abstração frente ao indivíduo. O indivíduo é o ser social. Sua exteriorização vital [ainda que não apareça na forma imediata de uma exteriorização vital comunitária, cumprida em união com outros] é assim uma exteriorização e afirmação da vida social. A vida individual e a vida genérica do homem não são distintas, por mais que, necessariamente, o modo de existência da vida individual seja um modo mais particular ou mais geral da vida genérica, ou seja, a vida genérica é uma vida individual mais particular ou geral” (MARX, 1984, p.146) (grifos do autor).

A indissolubilidade da relação entre sociedade e indivíduo é nuclear no pensamento de Marx que, ao se afastar do privilégio empiricista da objetividade e do predomínio idealista do sujeito, instaurou a possibilidade dessa nova forma de apreensão dessa relação: a vida individual é um modo mais particular ou geral da vida coletiva, e a vida coletiva, um modo particular ou geral da vida individual. Ou seja, o indivíduo é um particular em que a totalidade social se expressa, ao mesmo tempo

em que a sociedade ganha significado de um universal em que inúmeros particulares se expressam. A totalidade da vida social é muito mais do que a soma de particularidades que não se dissolvem e se expressam de maneira distinta. Indivíduos, enquanto particularização do geral, do universal e da sociedade, enquanto universalização da expressão geral desses muitos particulares, constituem uma única dinâmica, que os conserva e mantém como realidades qualitativamente diferentes.

O indivíduo é o ser social, um ser em relação com outros indivíduos, e somente nessa relação se constitui, se faz homem e se humaniza. A humanização não é, portanto, um processo natural, mas um processo histórico. O homem se constitui homem no processo pelo qual se apropria da natureza, da realidade mediada por outros homens, para dominá-la e transformá-la, satisfazendo suas necessidades e produzindo os meios de subsistência para si e para os outros homens. Nesse processo, destacam-se os elementos constitutivos da sociabilidade humana: a relação do indivíduo com a natureza já feita social e a relação do indivíduo com outros indivíduos. Essas dimensões são inseparáveis e se referem a uma única dinâmica, conforme a discussão da sociabilidade humana em Marx.

N’A *Ideologia Alemã* (MARX e ENGELS, 1991), já é possível encontrar as três condições que fundam a compreensão da gênese da sociabilidade humana, da relação entre indivíduo e sociedade. Segundo Marx e Engels, o homem não é um ser-em-si, independente, onipotente. Ao contrário, é um ser carente, que vem ao mundo portando necessidades e apetências a serem satisfeitas. As condições mesmas de sobrevivência do homem estão relacionadas, a princípio, com a satisfação dessas necessidades: alimentar-se, abrigar-se, vestir-se, dormir etc. Para satisfazê-las, o homem se coloca em contato com a natureza e com os outros homens. Contudo, ao dominar a natureza para satisfazer as suas necessidades e sobreviver, os homens criam novas necessidades “materiais” (como novos instrumentos de trabalho), ou “espirituais” e sociais (como novos valores ou novas formas de relação social que fazem surgir grupos sociais). Finalmente, os homens precisam se reproduzir e essa reprodução implica a criação de novas formas de relações sociais, como a família, e a necessidade de estruturas relativas à educação, aos laços de parentesco etc.

Portanto, as necessidades humanas não são conformadas a um quadro determinado e acabado. Elas se criam e recriam no contexto das relações dos indivíduos com a natureza e com os outros indivíduos. À medida que os indivíduos se agrupam para satisfazer suas necessida-

des, novas necessidades aparecem e novas relações sociais se constituem. Nesse processo, frente ao outro, o indivíduo se constitui a si, aos outros e à realidade objetiva com a qual se defronta.

O OUTRO

Na relação com o outro, no campo da objetividade social, o indivíduo se estabelece enquanto singular e universal e se constitui.

De certa forma, sucede ao homem como à mercadoria. Pois ele não vem ao mundo nem com um espelho, nem como um filósofo fichtiano: eu sou eu, o homem se espelha primeiro em outro homem. Só por meio da relação com o homem Paulo, como seu semelhante, reconhece-se o homem Pedro em si mesmo como homem. Com isso vale para o ele também o Paulo, com pele e cabelos, em sua corporalidade paulínica, como forma de manifestação do gênero humano (MARX, 1983, p. 57).

O indivíduo não vem ao mundo com um espelho (narcisos é que não somos!).³ O homem só se reconhece quando se espelha em outro homem. Essa necessária relação do indivíduo com o outro inscreve e instaura a sociabilidade em diferentes aspectos.

Em primeiro lugar, o indivíduo só se reconhece quando se confronta com algo que lhe é semelhante (outro homem) enquanto universal e, ao mesmo tempo, algo que lhe é diferente (um outro homem, Paulo, e não o reflexo de si mesmo, Pedro) e singular.

Em segundo lugar, o outro é, ao mesmo tempo, um-particular (enquanto corporalidade paulínica) e múltiplo - universal (enquanto manifestação do gênero humano). Assim, o indivíduo possui uma imagem que o identifica e o torna diferente de todos os outros, numa expressão de particularização e singularização, ao mesmo tempo em que se identifica com o gênero humano, com a espécie, com o universal. Na relação com o outro, o indivíduo se identifica e aquilo que é sua matriz se manifesta: o particular e o universal.

O homem se constitui na relação com os outros indivíduos (que lhe são diferentes e semelhantes), identificando-se com eles, reconhecendo-se neles, transformando-se e constituindo-se com eles. Contudo, esse não é um processo que ocorre à margem das condições históricas concretas. O modo como os homens produzem suas condições de exis-

tência representa “um modo determinado da atividade desses indivíduos, uma maneira determinada de manifestarem sua vida, um modo de vida determinado (...) o que os indivíduos são depende, assim, das condições materiais da sua produção.” (ENGELS E MARX, 1991, p. 17)

A relação do indivíduo com os outros indivíduos está imbricada na sua relação com a objetividade.

NATUREZA-TRABALHO-HISTÓRIA

A compreensão da relação entre o indivíduo e a objetividade evidencia duas realidades fundamentais na análise da sociabilidade humana: a natureza e o trabalho.

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla o seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento sobre a Natureza externa a ele, e ao modificá-la, ele modifica a sua própria natureza (MARX, 1983, p. 148).

A relação que se estabelece entre o homem e a natureza é mediada pelo trabalho⁴. Nesse sentido, o homem pode ser entendido como força natural, pois, ao atuar sobre a natureza, ele a modifica e modifica a si mesmo. Assim, Marx estabelece o trabalho como fundamento da constituição do homem. O trabalho funda a relação dos homens com a natureza, com os outros homens e consigo mesmo. Se o trabalho significa a expressão objetiva da natureza do homem e, ao mesmo tempo, conforma a própria natureza, entende-se que é no processo de trabalho que o homem se constrói e se constitui enquanto ser coletivo e individual. Nesse sentido,⁵ tanto o seu físico (corpo, mãos, músculos), quanto os seus aspectos mais subjetivos (afetividade, cognição, sociabilidade, valores, padrões) se constituirão no processo de objetivação humana na objetividade, no trabalho.

Portanto, em primeiro lugar, o trabalho é categoria fundamental na constituição do homem enquanto ser social e, em segundo, é pelo

trabalho que o homem se converte de ente da natureza em ser social. Por meio dele, pode-se chegar, então, àquela que é a ‘chave para a compreensão dialética da relação entre indivíduo e sociedade’: o indivíduo se constitui humano no trabalho.

A história do homem é a história do processo de sua apropriação e “despregamento” da natureza e a sua conversão em ser social. Nesse processo, as relações sociais ficam cada vez mais complexas, o que lhe acarreta uma individualização cada vez maior. O processo de emancipação do homem em relação às suas condições originais de produção é um processo de individualização que atinge sua plenitude no momento em que – com o advento da sociedade burguesa – as relações sociais alcançam o seu maior desenvolvimento.⁶

Quanto mais se recua na história, mais dependente aparece o indivíduo, e portanto, também o indivíduo produtor, e mais amplo é o conjunto ao qual pertence. (...) Só no século XVIII, na ‘sociedade burguesa’, as diversas formas do conjunto social passaram a apresentar-se ao indivíduo como simples meio de realizar seus fins privados, como necessidade exterior. Todavia, a época que produz este ponto de vista, o do indivíduo isolado, é precisamente aquela na qual as relações sociais (...) alcançaram o mais alto grau de desenvolvimento. O homem é, no sentido mais literal, um zomm politikon, não só animal social, mas animal que só pode isolar-se em sociedade. A produção do indivíduo isolado – uma raridade, que pode muito bem acontecer a um homem civilizado transportado por acaso para um lugar selvagem, mas levando consigo já, dinamicamente, as forças da sociedade – é uma coisa tão absurda como o desenvolvimento da linguagem sem indivíduos que vivam juntos e falem entre si” (MARX, 1978, 104).

É só porque se individualiza no processo histórico que o homem pode aparecer isolado. Essa possibilidade (de aparecer como indivíduo isolado, autônomo, independente) é uma construção histórica e não um dado natural. Portanto, o indivíduo não é isolado, mas se torna isolado mediante o processo histórico. Essa constituição evidencia uma “positividade” que permite retomá-lo enquanto ser pleno de possibilidades. Isto é, superadas as condições históricas que constituem e mantêm a individualização no mundo burguês, abrem-se as perspectivas de novas expressões de existência individual e coletiva para o homem.

“PARA ALÉM DO INDIVÍDUO AUTÔNOMO”

Refletir acerca do indivíduo, da sua subjetividade, da sua vida psíquica não implica apreender conceitos que possam ser transportados para a análise da sociedade. Essa transposição seria absurda, porque suporia algo que é falso: a separação entre a vida subjetiva, psíquica, “interna” e a vida objetiva, social, “externa”. É desnecessário fazer transposições de conceitos entre realidades contraditórias que efetivamente não se separam.

É nessa perspectiva que se entende que Freud apresentou um modelo “revolucionário” para a compreensão da relação entre o indivíduo e a sociedade. Freud encontrou, nos mecanismos psíquicos mais íntimos do indivíduo particular, a expressão das forças sociais mais gerais. Porque analisou profundamente o psiquismo individual é que pôde mostrar no que as instituições sociais se converteram e se convertem. “Quanto mais profundamente a psicologia sonda as zonas críticas do interior do indivíduo, tanto mais adequadamente pode penetrar nos mecanismos sociais que produziram a individualidade.” (ADORNO, 1986, p.107) A psicologia individual de Freud não é, portanto, uma psicologia qualquer: é uma psicologia que, exatamente porque penetra a dinâmica individual mais profunda, apanha seus inúmeros nexos e revela as forças sociais que constituem o seu dinamismo psíquico.⁷ Nesse sentido, Adorno afirma: “Justamente ao deter-se com obstinação na atomística existência do indivíduo, Freud conseguiu ver da essência da socialização muito mais do que a ligeira olhada de outros nas circunstâncias sociais.” (ADORNO, 1986, p.107)

A relação entre a vida individual e a vida coletiva, entre o que é subjetivo e o que é objetivo, parece não ter passado despercebido em nenhum momento a Freud. As suas reflexões acerca da cultura – daquilo que se convencionou chamar de Teoria Freudiana da Cultura – oferecem contribuições à compreensão do processo de socialização do homem tanto quanto suas análises do dinamismo mais íntimo do indivíduo, que ele faz com agudeza. De qualquer forma, sua Teoria da Cultura refletirá, de um lado, a maneira pela qual o homem se submeteu à esfera cultural em geral e, ao mesmo tempo, não perderá de vista aquilo que é a base da constituição de sua dinâmica mais íntima, e que, ao se manter, o constitui enquanto ser diferenciado dos demais.

O OUTRO

“A oposição entre psicologia individual e psicologia social ou coletiva, que à primeira vista pode parecer muito profunda, perde grande parte de sua significação quando a submetemos a um exame mais detido. A psicologia individual se refere, certamente, ao homem isolado de seus instintos, porém só muito poucas vezes e sob determinadas condições excepcionais, lhe é dado prescindir das relações do indivíduo com seus semelhantes. Na vida anímica individual, aparece integrado sempre, efetivamente, o “outro”, como modelo, objeto, auxiliar ou adversário, e deste modo, a psicologia individual é ao mesmo tempo e desde o princípio psicologia social, em um sentido amplo, porém plenamente justificado” (FREUD [1921], 1981, p. 2564).

Se a vida psíquica é constituída ao mesmo tempo interna (pela vida pulsional) e externamente (pelas relações sociais), não faz sentido uma contraposição entre psicologia individual e social. Na análise e constituição do ser humano, aparecerá sempre “o outro”, o que, originariamente externo, foi internalizado e tornou-se parte essencial da dinâmica interna individual. Nesse sentido, é possível tomar uma perspectiva que indica que a psicologia individual e a psicologia social se encontram e se sintetizam na compreensão da subjetividade, da individualidade.

As reflexões que estão sugeridas por Freud em “Psicologia de Massas e análise do eu” [1921] (1981) indicam alguns fundamentos da compreensão do dinamismo que integra “o outro” na vida psíquica do indivíduo. Ao buscar a satisfação de suas pulsões, o indivíduo se defronta com “o outro”, que pode se constituir – no que diz respeito ao próprio objeto – em objeto da pulsão, auxílio para obtê-lo, ou ainda impedimento com relação a ele. Mas Freud aponta também para uma outra possibilidade: “o outro” pode se constituir em modelo para o indivíduo. Essa modalidade é especialmente importante, vez que tem uma qualidade diferente das outras e não se refere ao objeto em si, sendo mesmo distinto dele. Essa noção de modelo se relaciona com a identificação e auxilia no entendimento de que o indivíduo isolado e abstratamente independente não existe para Freud.

A identificação é “um processo pelo qual o sujeito assimila um ou mais traços de outro indivíduo, integra-os a seu ego e, portanto, se

modifica de acordo com o ou os modelos em causa.” (MEZAN, 1985, 455) A diferença que Freud estabelece entre a identificação e a eleição do objeto dá a dimensão do significado desse processo para a constituição da dinâmica psíquica. Se eleger um objeto significa querer tê-lo, identificar-se com ele significa desejar sê-lo. (FREUD, [1921] (1981, p. 2585). Por essa razão, a identificação, nas suas diferentes modalidades, significará sempre uma modificação no ego do indivíduo: “a identificação aspira conformar o próprio eu analogamente ao outro tomado como modelo.” (MEZAN, 1985, p. 455)

A vida pulsional, enquanto interna, evidentemente não se circunscreve somente à relação com o outro. Mas, ao mesmo tempo, não é possível concebê-la sem que esteja vinculada à existência de objetos exteriores à dinâmica psíquica do próprio indivíduo. Assim, se compreende que, se os objetos exteriores ao psiquismo não são suficientes para garantir a vida desse psiquismo, o psiquismo em si (sem os objetos exteriores) não é capaz de se garantir. Daí porque “a identificação corresponde a uma operação de abertura à realidade externa constituída por fatores estranhos à vida puramente pulsional dos indivíduos.” (MEZAN, 1985, p. 456)

Essa questão da identificação, conforme sugerida em “Psicologia de Massas e análise do eu” [1921] (1981) aponta para o fato de que o indivíduo referido por Freud está longe de ser um indivíduo que tem existência em si. Ao contrário, é um indivíduo que se confronta subjetiva e objetivamente com outros indivíduos e com outros objetos externos aos quais se abre. A análise de Freud acerca do indivíduo encontra, pois, nos outros indivíduos e nos objetos externos, os nexos que constituem a vida psíquica.

NATUREZA-CULTURA

“A cultura humana mostra (...) dois distintos aspectos. Por um lado compreende todo o saber e o poder conquistados pelos homens para chegar a dominar as forças da Natureza e extrair os bens naturais com que satisfazer às necessidades humanas, e por outro, todas as organizações necessárias para regular as relações dos homens entre si e, muito especialmente, a distribuição dos bens naturais alcançados. Estas duas direções da cultura não são independentes uma da outra; em primeiro lugar porque à medida que os bens existentes permitem a satisfação dos ins-

tintos exercem profundas influências sobre as relações dos homens entre si; em segundo, porque também o homem mesmo, individualmente considerado, pode representar um bem natural para outro enquanto esse utiliza sua capacidade de trabalho e faz dele seu objeto sexual” (FREUD, [1927] (1981), p. 2962).

Ao refletir sobre a cultura, não a distinguindo de civilização⁸, Freud não distingue entre os termos cultura e civilização que ora aparecem de uma forma, ora de outra. É possível intuir que, por trás desse fato, esteja mais uma indicação de que ele não fazia distinção entre as dimensões materiais e espirituais da vida humana (que, tradicionalmente, costumam estar relacionadas a um e outro termo).

Não existe contraposição entre esses dois aspectos que a cultura incorpora. Freud parece postular mesmo a ausência de separação e dicotomia entre eles, ao sugerir que o próprio homem pode ser considerado um bem natural para os outros homens.

Ademais, ao afirmar que “os bens existentes (...) exercem profundas influências sobre a relação dos homens entre si”, aponta na direção oposta daquela que afirma a possibilidade de que as relações sociais ocorram abstratamente, definidas aprioristicamente. As relações dos homens entre si são derivadas das condições concretas de que esses dispõem, “dos bens existentes”.

Em “O Futuro de uma Ilusão”, Freud apresenta outra reflexão que abala a idéia de um ser humano a-histórico, portador de uma natureza humana abstrata e imutável:

“É inexato que a alma humana não haja realizado progresso algum desde os tempos mais primitivos e que, em contraposição aos progressos da ciência e da técnica, seja hoje a mesma que no princípio da história... Uma das características de nossa evolução consiste na transformação paulatina da coerção interna pela ação de uma especial instância psíquica do homem, o super-ego, que vai acolhendo a coerção externa entre seus mandamentos” (FREUD, [1927] (1981), p. 2965).

O indivíduo de que fala Freud não é portador de um psiquismo plasmado ou natural, que se constitua independente dos fatores externos. Ao contrário, é um indivíduo que, ainda que possua uma base de constituição que o diferencie dos demais, se constitui também na sua

relação com os outros indivíduos. O psiquismo não foi sempre o mesmo e, se a relação com o outro é fundamental e não é dada *a priori*, Freud aponta para as possibilidades do futuro.

Assim, ao contrário do que é aparentemente captado, as reflexões de Freud caracterizam um esforço crítico que, de fato, abalam a concepção burguesa de indivíduo autônomo, isolado, independente e colocam a possibilidade de se apreender a existência do universal na experiência particular.

Por outros caminhos teóricos e metodológicos que apanharam um princípio explicativo da realidade diverso do materialismo dialético de Marx, Freud captou a relação entre indivíduo e sociedade. E o fez por força das mediações que se propôs para compreender a realidade individual para além da sua mera imediaticidade. É como se a análise dos mecanismos psíquicos dos indivíduos tivesse sido, para ele, a chave para a compreensão do processo cultural.

Os objetivos externos com os quais os indivíduos se defrontam, entre os quais encontram-se os “outros” homens, compõem, juntamente com a vida pulsional, aquilo que serão as possibilidades de desenvolvimento e construção do indivíduo. Os indivíduos dependem da relação com outros indivíduos para se constituírem. Contudo, esses objetos que afetam a vida psíquica não são abstratos e imutáveis. Marcuse alerta para esse fato: “o mundo externo que o ego em evolução defronta é, em qualquer estágio, uma organização histórico-social específica da realidade, afetando a estrutura mental através de agentes sociais específicos.” (MARCUSE. 1975, p.50)

Para satisfazer suas necessidades, os indivíduos extraem bens da natureza e se organizam para se relacionar socialmente e tornar a vida possível. Portanto, a relação dos indivíduos não se separa das formas pelas quais eles se relacionam com a natureza, procurando dominá-la e transformá-la. Para que possam obter o de que precisam para sobreviver, os indivíduos desenvolvem atividades, em conjunto ou separadamente, às quais se pode denominar, num sentido mais geral, “trabalho”.

Dessa maneira, ainda que não se possa dizer que a categoria do trabalho tenha o mesmo significado para Marx e Freud, não é inexato dizer que ela tem importância acentuada também para Freud. Para ele, “é impossível considerar em uma exposição concisa, a importância do trabalho na economia libidinal. Nenhuma outra técnica de orientação vital liga o indivíduo tão fortemente à realidade como a acentuação do

trabalho, que, pelo menos, o incorpora solidamente a uma parte da realidade, a comunidade humana.” (FREUD, [1930] (1981) p. 3027)

Portanto, Marx e tampouco Freud deixaram de entrever a idéia de que a reciprocidade indivíduo e sociedade não fosse fundamental. Tanto é assim que as análises de Marx acerca da objetividade social encontram e remetem às questões ligadas à subjetividade. E Freud, ao analisar as questões da subjetividade, do dinamismo psíquico, se defronta com a produção cultural, social, objetiva. E isso acontece em razão da profundidade e da essencialidade que imprimiram à análise dos objetos sobre os quais se debruçaram. É exatamente porque analisou profunda e criticamente a objetividade social que Marx se defrontou com a subjetividade. E Freud, da mesma forma, ao se deter com vigor nas questões subjetivas, o fez de maneira tão aguda que acabou dizendo da objetividade social.

Isso, contudo, conforme já dissemos, não autoriza a que se unifiquem as obras e reflexões desses autores como se estivessem reportadas ao mesmo universo conceitual. Essa unificação apagaria a especificidade que garante o impulso crítico, fundamental em ambos e que deve ser mantido. Além disso, o fato de que se conservem as especificidades da sua produção não impede que se avance na discussão da relação indivíduo e sociedade. Ao contrário, essas especificidades garantem uma tensão que é essencial e está na matriz da reflexão. Uma ansiedade frente ao que não é excludente, mas “relacional”, pode levar a uma aproximação apressada e falsa. Contudo, o gosto pelo conflito não deve permitir que se recusem aqueles elementos de análise que possibilitam seguir em frente.

Não é novidade que Marx trabalhou sobre a análise da sociedade. Não é novidade também que, ao fazê-lo, apresentou sugestões agudas a respeito do indivíduo, da sociabilidade humana, da relação entre indivíduo e sociedade. Os indivíduos se constituem na sua relação com a natureza, na sua relação com os outros indivíduos, via processo de trabalho. A constituição do indivíduo e da sociedade se referem a um único e mesmo processo que se dinamiza a partir de condições históricas concretas.

Dessa forma, a partir dessas coordenadas, pode-se afirmar que, em primeiro lugar, o indivíduo e a sociedade não se constituem como realidades distintas. Ao contrário, constroem-se no mesmo processo: o indivíduo se constitui enquanto subjetivação e internalização da objetividade social e a sociedade se constitui enquanto muitas e diferentes expressões objetivadas dessa subjetividade.

Em segundo lugar, a conversão do homem de ente da natureza em ente histórico, de ser genérico em ser social, se dá pela apropriação que ele faz da natureza para satisfazer as suas necessidades e a dos outros indivíduos, sempre pela mediação do trabalho. O trabalho é, assim, a categoria fundamental na análise da relação entre indivíduo e sociedade. É a análise do processo de trabalho que permite compreender a concreticidade da relação entre indivíduo e sociedade.

Notas

- 1 A esse respeito, ver as análises de HORKHEIMER e ADORNO (1973).
- 2 Ainda que se tenha conhecimento das discussões acerca da possibilidade de existência de uma contraposição, de um lado, entre o jovem Marx filósofo e o maduro crítico da economia política, e, de outro, entre o Freud pensador da dinâmica psíquica e o crítico da cultura, não nos ocuparemos aqui em estabelecer recortes nesse sentido. Primeiro, porque não mais sobrevivem as afirmações de que existem rupturas entre as idéias que desenvolveram no conjunto de suas obras. Em segundo lugar, porque não há dúvidas de que se pode intuir no Marx “maduro” a existência de surpreendentes antecipações psicológicas sobre a individualidade e, ao mesmo tempo, pode-se encontrar já nos primeiros escritos de Freud sugestões que serão desenvolvidas nas reflexões acerca da cultura.
- 3 A atualidade do mito de Narciso na sociedade burguesa pode ser referida ao indivíduo pretendido por essa sociedade: individualizado, suficiente em si mesmo, heterônomo e que se relaciona consigo mesmo.
- 4 Aqui a compreensão do trabalho está referida a uma atividade humana geral que se expressa na forma pela qual os indivíduos atuam na realidade objetiva, transformando-a, criando-a na externalização de suas dimensões subjetivas a serem incorporadas na objetividade social. Enfim, o trabalho enquanto objetivação humana no sentido geral.
- 5 Sobre a educação dos sentidos humanos, ver MARX (1984, p.150 e ss).
- 6 O desenvolvimento histórico do processo de individualização do homem é fundamental para a compreensão da constituição do indivíduo na sua relação com a sociedade. A esse respeito, ver MARX (1985).
- 7 Críticas são feitas a Freud, acusando-o de estar aprisionado a modelos mecanicistas do séc. XIX, além de individualista e reacionário, à medida que suas análises refletiriam exclusivamente o indivíduo burguês. Frente à essas contraposições reducionistas, vale a pena tomar uma resposta do próprio Freud àqueles que insistiam em criticar e explicar a Psicanálise como um produto exclusivo da cidade de Viena: “Todos conhecemos a curiosa teoria que busca explicar a gênese da Psicanálise pela influência do ambiente vienense... Essa teoria pretende que a Psicanálise, e correlativamente a afirmação de que as neuroses dependem das perturbações da vida sexual, não poderia ter nascido senão numa cidade como Viena, em que reina um ambiente de sexualidade e imoralidade..., não sendo nossa disciplina senão uma projeção teórica daquelas condições peculiares da vida vienense. Não sou, certamente, um apaixonado patriota; mas a teoria descrita me parece particularmente insensata (FREUD [1914] 1981. p. 1914).

Referências

- ADORNO, Theodor. La Revisión del Psicoanálisis, in: Sociológica II, p. 141.
- FREUD, Sigmund. Historia do Movimento Psicanalítico [1914]. In: Obras completas. Madrid, Biblioteca Nueva, 1981.
- _____. Psicología de massas y analise do eu [1921]. In: Obras completas. Madrid, Biblioteca Nueva, 1981.
- _____. O futuro de uma ilusão. [1927]. In: Obras completas. Madrid, Biblioteca Nueva, 1981.
- _____. O mal estar na cultura [1930]. In: Obras completas. Madrid, Biblioteca Nueva, 1981.
- GOLDMANN, Lucien. Epistemologia e Filosofia Política. Lisboa, Ed. Presença, 1984.
- HORKHEIMER, Max e ADORNO, Theodor. (org.) Temas básicos de sociologia. São Paulo, Ed. Cultrix, 1973.
- MARCUSE, Herbert. Eros e Civilização. Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1975.
- MARX, Karl. Para a crítica da economia política. In: Os Pensadores. São Paulo, Abril Cultural, , 1978.
- _____. O Capital. São Paulo, Abril Cultural, 1983. 5 v. v.3.
- _____. Manuscritos, economia y filosofia. Madrid, Alianza Ed., 1984.
- _____. Formações Econômicas Pré-Capitalistas, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- _____. e F. ENGELS. A ideologia alemã. São Paulo, Hucitec, 1991.
- MEZAN, Renato. Freud, Pensador da Cultura, São Paulo, Brasiliense, 1985.

Abstract: This text discusses the individual-society relationship and its impasses from Marx's and Freud's contributions. It analyzes the individual's relationship with himself, with objective reality, the other and work. It postulates the reciprocity of the terms of this relationship and the ideological apparatus that affirms its denial.

Key-words: culture and individual, individual-community relationship, individual's socializing

* Professora do Departamento de Psicologia e da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás.
E-mail: aazeres@uol.com.br